

# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO Gabinete da Presidência

# RESOLUÇÃO GP N. 180, DE 16 DE MARÇO DE 2021

Institui o Subcomitê de Iniciativas Estratégicas (SINEST), no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a <u>Resolução n. 325, de 29 de junho de 2020</u>, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências;

CONSIDERANDO a <u>Resolução n. 259, de 14 de fevereiro de 2020</u>, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que aprova o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho (MGE-JT) de primeiro e segundo graus e dá outras providências;

CONSIDERANDO decisões do Tribunal de Contas da União (TCU), que determinam a adoção, pela administração pública, de políticas formais de controle de projetos, baseadas em modelos e padrões internacionalmente aceitos;

CONSIDERANDO uma metodologia de gerenciamento de projetos que possibilite mudanças estratégicas e a utilização de linguagem padronizada em todo o Tribunal; e

CONSIDERANDO a Resolução GP n. 148, de 6 de agosto de 2020, que institui a Política de Governança dos Colegiados Temáticos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região,

**RESOLVE:** 

# CAPÍTULO I DO OBJETO

Art. 1º Esta Resolução institui o Subcomitê de Iniciativas Estratégicas (SINEST), no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

# CADÍTUU O U

	DA COMPOSIÇÃO
	Art. 2º O SINEST será composto pelos seguintes membros:
	I - o diretor-geral;
	II - o diretor judiciário;
	III - o secretário-geral da Presidência;
	IV - o secretário de Gestão Estratégica;
TRT3/GP 278/2	IV - o secretário de Governança e Estratégia; (Redação dada pela Resolução 2023)
	V - o secretário de Apoio Judiciário;
	VI - o diretor de Administração;
	VII - o diretor de Gestão de Pessoas;
	VIII - o diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações; e

VIII - o diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação; e (Redação dada pela Resolução TRT3/GP 278/2023)

IX - o diretor de Orçamento e Finanças.

Parágrafo único. O secretário de Gestão Estratégica será o coordenador do SINEST, e seu substituto fixo na Secretaria de Gestão Estratégica (SEGE) será o vice-coordenador do colegiado. (Redação dada pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)

Parágrafo único. O secretário de Governança e Estratégia será o coordenador do SINEST, e seu substituto fixo na Secretaria de Governança e Estratégia (SEGE) será o vice-coordenador do colegiado. (Redação dada pela Resolução TRT3/GP 278/2023)

# CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES

#### Art. 3° Cabe ao SINEST:

- I propor ao presidente do Tribunal o portfólio inicial de iniciativas estratégicas;
- II manifestar-se sobre a abertura de programa ou projeto e recomendar ao presidente do Tribunal a classificação dessas iniciativas como estratégicas;
- III priorizar as iniciativas do portfólio estratégico, zelando pela adequada utilização dos recursos institucionais;
- IV acompanhar a execução do portfólio estratégico e propor os ajustes que entender cabíveis, inclusive no monitoramento realizado pelo Escritório de Projetos, Riscos e Governança Institucional (EPRGOV);
- IV acompanhar a execução do portfólio estratégico e propor os ajustes que entender cabíveis, inclusive no monitoramento realizado pelo Escritório de Planejamento e Projetos (EPP); (Redação dada pela Resolução TRT3/GP 278/2023)

- V discutir a respeito de iniciativas não estratégicas, se vislumbrar a possibilidade de interação destas com programas e/ou projetos estratégicos; e
- VI recomendar ao presidente do Tribunal, o encerramento de programa ou de projeto estratégico, quando não se mostre viável a continuidade ou quando se constate baixo desempenho ou inadequação da iniciativa ao contexto institucional.

Parágrafo único. A realização de todas as entregas planejadas acarreta o encerramento do respectivo programa ou projeto estratégico, independentemente de recomendação do SINEST ao presidente do Tribunal.

- Art. 4° Cabe ao coordenador do SINEST:
- I convocar ou fazer convocar reuniões ordinárias e extraordinárias:
- II comparecer a todas as reuniões, pessoalmente ou representado pelo vice-coordenador; (Redação dada pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)
  - III estabelecer e fazer cumprir cronograma de atividades;
  - IV zelar pela eficiência do colegiado;
- V mediar conflitos no âmbito do colegiado; (Redação dada pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)
- VI imprimir agilidade aos processos de deliberação; e (Redação dada pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)
- VII assinar as atas de reunião. (Acrescido pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022).

#### CAPÍTULO IV DA UNIDADE DE APOIO EXECUTIVO

(Redação dada pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)

- Art. 5º O EPRGOV atuará como Unidade de Apoio Executivo (UAE) do SINEST. (Redação dada pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)
- Art. 5º A Divisão de Planejamento e Inovação (DPIN) atuará como Unidade de Apoio Executivo (UAE) do SINEST. (Redação dada pela Resolução TRT3/GP 278/2023)

Parágrafo único. Cabe À UAE: (Redação dada pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)

- I receber, organizar e registrar em pauta os assuntos a serem debatidos nas reuniões;
- II enviar aos membros do colegiado as pautas e demais documentos necessários para a realização da reunião;
- III convidar os membros para reuniões convocadas pelo coordenador ou por 1/3 (um terço) dos membros do colegiado; (Redação dada pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)
  - IV providenciar os recursos físicos e tecnológicos para as reuniões;
- V redigir as atas das reuniões e colher a assinatura do coordenador; (Redação dada pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)
- VI fazer publicar as atas das reuniões e demais documentos, exceto quando contiverem informação total ou parcialmente sigilosa, hipótese em que se publicará certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo;
- VII monitorar o conteúdo e a vigência dos atos normativos referentes ao colegiado; e
- VIII providenciar e fornecer informações a respeito do colegiado, quando requeridas por parte interessada.

Art. 5º-A Cabe ao titular da UAE: (Acrescido pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022

- I zelar pelo cumprimento das atribuições estabelecidas no parágrafo único do art. 5º desta Resolução; (Acrescido pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)
- II manter atualizadas as informações do colegiado no sítio eletrônico do Tribunal, inclusive no que diz respeito ao conteúdo e à vigência dos atos normativos; (Acrescido pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)
- III dar ciência ao coordenador sobre eventual inobservância da periodicidade de realização das reuniões ordinárias; (Acrescido pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)
- IV reportar ao coordenador as ocorrências que possam dificultar, direta ou indiretamente, a realização de reuniões do colegiado e/ou a divulgação dos documentos por ele produzidos; e (Acrescido pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)
- V reportar à Presidência as ocorrências a que faz referência o inciso IV deste artigo, em caso de omissão do coordenador. (Acrescido pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)

Parágrafo único. As atribuições mencionadas nos incisos do **caput** deste artigo poderão ser delegadas pelo titular da UAE a servidor a ele subordinado. (Acrescido pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)

# CAPÍTULO V DAS REUNIÕES

- Art. 6º O SINEST se reunirá, ordinariamente, a cada 4 (quatro) meses e, extraordinariamente, quando necessário.
- Art. 6° O SINEST se reunirá, ordinariamente, a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, quando necessário. (Redação dada pela Resolução TRT3/GP 386/2025)

- § 1º As reuniões ordinárias ocorrerão em datas definidas pelo coordenador do colegiado, observadas a periodicidade definida no **caput** deste artigo e a antecedência mínima de 5 (cinco) dias para a convocação.
- § 2º A convocação para as reuniões se dará por qualquer meio admitido em direito, dispensada a antecedência mínima no caso de reunião extraordinária.
  - § 3º As reuniões poderão ocorrer presencialmente ou a distância.
- Art. 7º O SINEST poderá convidar, para participar como colaboradores, sem direito a voto, representantes de órgãos ou unidades organizacionais do Tribunal e profissionais de outras instituições ligadas a campo de conhecimento afim.

# CAPÍTULO VI DAS PAUTAS E ATAS DE REUNIÃO

- Art. 8º As atas conterão, no mínimo, as seguintes informações:
- I a data, o horário e o local da reunião;
- II o breve relato das manifestações ocorridas durante a reunião;
- III as deliberações tomadas;
- IV o responsável pelo cumprimento de cada deliberação; e
- V os nomes dos participantes.
- § 1º As pautas poderão integrar o conteúdo das atas de reunião, em vez de serem apresentadas em documento à parte.
- § 2º As pautas e as atas serão publicadas no sítio eletrônico do Tribunal, até 15 (quinze) dias úteis depois de realizada a reunião.

§ 3º Cabe à UAE diligenciar para que o prazo informado no § 2º deste artigo seja atendido. (Redação dada pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)

# CAPÍTULO VII DO **QUORUM** DE REUNIÃO E DO **QUORUM** DE VOTAÇÃO

- Art. 9º Para instalar-se reunião do colegiado, será exigido **quorum** de 3 (três) membros, presente o coordenador ou o vice-coordenador, e um dos membros relacionados nos incisos I a III do **caput** do art. 2º desta Resolução. (Redação dada pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)
- § 1º Os integrantes mencionados nos incisos I a V do **caput** do art. 2º desta Resolução terão o voto computado com peso 1 (um).
- § 2º Os integrantes mencionados nos incisos VI a IX do **caput** do art. 2º desta Resolução terão o voto computado com peso 0,5 (meio).
- § 3º Em caso de empate, considera-se qualificado o voto do coordenador do colegiado.

#### CAPÍTULO VIII DA AFINIDADE TEMÁTICA

Art. 10. O SINEST se associa ao Comitê de Governança e Estratégia (CGE). (Redação dada pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022)

Parágrafo único. A associação referida no **caput** deste artigo consiste na comunicação ao CGE das deliberações tomadas pelo SINEST, nos termos do art. 24 da <u>Resolução GP n. 148, de 6 de agosto de 2020</u>. (<u>Redação dada pela Resolução GP n. 246, de 08 de agosto de 2022</u>

# CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. O SINEST manterá diálogo com outros colegiados temáticos, com a Administração do Tribunal e com as demais partes interessadas, nos termos do art. 22 da Resolução GP n. 148, de 2020.

Art. 12. Fica extinto o Comitê de Projetos.

Parágrafo único. A menção ao Comitê de Projetos em atos vigentes deste Tribunal passa a ser considerada como feita ao SINEST.

Art. 13. Fica revogada a Seção I do Capítulo IV da Resolução GP n. 60, de 8 de novembro de 2016.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MURILO DE MORAIS

Desembargador Presidente